

Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial

RENÉ ERNAINI GERTZ*

Como o título indica, o texto que segue refere-se, de forma relativamente genérica, à situação do pós-guerra nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. De fato, trata-se da apresentação de alguns acontecimentos relevantes ligados ao tema, da descrição compactada de resultados parciais de uma pesquisa intitulada “O rescaldo da Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul”, que iniciou em 2012, e da indicação de aspectos da temática que ainda estão à espera de pesquisadores. A palavra “rescaldo”, no projeto, deriva do fato de que durante o Estado Novo aconteceu uma assim chamada “campanha de nacionalização” contra os “súditos do Eixo”, isto é, contra cidadãos e descendentes dos países que formaram o referido pacto político-militar. Iniciada antes da guerra – em 1938 –, contra as escolas privadas de caráter étnico, ela foi se agudizando, no decorrer do tempo, com restrições cada vez maiores contra instituições e práticas culturais e religiosas, desembocando em perseguições e ataques físicos contra pessoas e bens, praticados por autoridades e por “populares” (MÜLLER, 1994; FACHEL, 2002; GERTZ, 2005, p. 144-177). É óbvio que, como consequência, as tensões derivadas desses confrontos não cessaram com a assinatura do armistício na Europa.

Essa situação posterior à guerra pode ser abordada sob muitos ângulos. Basta lembrar alguns deles: as relações entre o Brasil e a Alemanha derrotada, com eventuais efeitos sobre a população de origem alemã daqui; a repatriação, da Alemanha, de cidadãos brasileiros e alemães, no pós-guerra; a sobrevivência de efeitos da nacionalização sobre a vida da população atingida; mudanças e permanências nas opiniões correntes entre seus concidadãos brasileiros de outras origens étnico-culturais e autoridades, e as consequências para as relações mútuas; possíveis consequências socioeconômicas e jurídicas dos acontecimentos do período da guerra etc.

Sobre o primeiro ponto, existe um livro de um integrante de uma missão militar brasileira enviada à Alemanha ocupada por tropas aliadas (TAVARES, s. d.), e, mais

* Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim.

recentemente, estão em andamento estudos sobre repatriações de brasileiros de dupla nacionalidade e eventuais familiares (FROTSCHER, 2011; 2013).¹ De fato, um Estado alemão só se constituiu em 1949. Mas, por enquanto, só há alguns poucos estudos mais gerais sobre as relações diplomáticas e econômicas com a República Federal Alemã, nas duas décadas posteriores (BANDEIRA, 1974; OLIVEIRA, 2005), bem como sobre a política dessa nova república em relação aos “alemães do exterior” que viviam na América Latina (BARBIAN, 2014). Assim, pode-se afirmar que esses temas todos ainda estão muito precariamente vasculhados pela pesquisa histórica.

Também o último ponto citado – o das consequências ou sequelas no campo socioeconômico e jurídico – ainda carece de um levantamento de dados e de uma análise consistentes. Ele apresenta, no mínimo, três facetas. Por um lado, o governo brasileiro decretou, em 1942, o confisco de bens de alemães, sob o argumento de que o país deveria ser ressarcido pelas perdas sofridas com o afundamento de seus navios.² Em segundo lugar, aconteceram depredações de bens de alemães e de descendentes, durante protestos – fato que, cronologicamente, se situou, sobretudo, em agosto de 1942. Por fim, muitos alemães e descendentes sofreram agressões físicas e psicológicas durante os anos da guerra, sejam decorrentes de determinações legais – como a obrigatoriedade de abandonar seus lugares de residência –, sejam decorrentes de abusos praticados por autoridades.

A devolução dos bens confiscados foi reclamada na Assembleia Legislativa gaúcha em 1948 (SOARES, 1948), mas circulam rumores de que essa questão não está *definitivamente* resolvida até hoje, do ponto de vista formal. Também há informações na imprensa do início da década de 1950 de que ações ajuizadas contra o Estado do Rio Grande do Sul por vítimas de depredações durante os protestos de agosto de 1942 foram vencidas pelos postulantes – depois de o Supremo Tribunal Federal ter decidido que os estados-membros eram responsáveis pelos atos praticados naquele momento, ainda que estes tentassem responsabilizar a União, pois estavam sob intervenção de um governo nomeado pelo poder central. Quanto aos danos causados a pessoas físicas, não se tem notícias sobre

¹ Adeptos de visões conspirativas escreveram sobre supostos ou efetivos nazistas fugidos para a América do Sul – incluindo o Brasil –, ao final da guerra. Por falta de espaço, essa bibliografia não será arrolada aqui. Uma crítica a ela pode ser vista em SCHNEPPEN, 2007. Obviamente, há bibliografia que não segue o paradigma conspirativo – mas também ela não pode ser apresentada nem avaliada.

² Ainda que não sob a mesma base jurídica, foram, igualmente, confiscadas ou encampadas propriedades de pessoas jurídicas brasileiras, como associações culturais, recreativas e educacionais, nas regiões de colonização alemã. Essas medidas não atingiram apenas alemães e descendentes, mas todos os “súditos do Eixo” e descendentes – este texto, porém, se refere exclusivamente aos primeiros.

ações e responsabilizações nos anos imediatamente posteriores à guerra – mesmo que isso não exclua a possibilidade de que tenham existido –, mas causa alguma surpresa constatar que *atualmente* estão em curso ações desse tipo, acolhidas pelo Poder Judiciário brasileiro.³ Todas as variantes deste tema, no entanto, também ainda estão à espera de estudos sistemáticos, de forma que elas são aqui apenas indicadas, mas não analisadas.

No restante deste texto, serão feitas algumas considerações esparsas sobre as duas áreas restantes, acima mencionadas: o comportamento das populações atingidas pelos acontecimentos do período anterior, por um lado, e eventuais permanências na avaliação e nas atitudes da sociedade envolvente, por outro lado.

O “rescaldo” da guerra na perspectiva de alemães e descendentes

Uma das acusações históricas contra a população de origem alemã no Rio Grande do Sul foi a de sempre ter-se mostrado totalmente desinteressada e omissa em relação à vida política nacional e regional. Esse mito está, entretanto, desmontado pela pesquisa histórica. Quanto ao período imediatamente posterior à guerra, há indicações de que lideranças luteranas – o grupo mais visado e atingido pelos acontecimentos dos anos precedentes – investiram na tentativa de eleger o maior número possível de deputados estaduais nas eleições de 1947 (DREHER, 1994, p. 131). De fato, entre os 55 deputados titulares da legislatura então iniciada, 16 tinham sobrenomes alemães, representando aproximadamente 30% do total, um percentual que, certamente, era maior que o percentual de sobrenomes alemães no conjunto da sociedade gaúcha.⁴

Como indica uma das referências bibliográficas (BORN, 1948), ao menos alguns desses deputados tentaram reverter o clima reinante contra a população de origem alemã, lembrando, já em 1947, na tribuna da Assembleia Legislativa, a data festiva de 25 de julho – dia da chegada dos primeiros alemães a São Leopoldo, em 1824, mesmo que isso tivesse sido feito através de malabarismos retóricos, tentando homenagear *todos* os “colonos” (WEBER, p. 125-128). Em 1949, essa data já pôde ser comemorada em público, com atos em São Leopoldo – o “berço da colonização alemã” –, que tiveram, inclusive, a presença do então

³ <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24639466/recurso-extraordinario-re-773797-rs-stf> (acessado em 28/5/2015).

<http://www.revistapersona.com.ar/Persona62/62Testoni.htm> (acessado em 28/5/2015).

⁴ Se forem acrescentados os 9 sobrenomes italianos, os antigos “súditos do Eixo” elegeram 45% do parlamento gaúcho.

governador Walter Jobim (WEBER, 2004, p. 133-140). Não se sabe se foi ação premeditada, fazendo parte dessa tentativa de articulação política, mas nas eleições de 1950 apresentou-se o primeiro candidato a governador do estado de sobrenome alemão em toda a história sul-riograndense, Edgar Luiz Schneider.

No campo mais estritamente político, as ações e as respectivas estratégias de gaúchos de descendência alemã, porém, ainda precisam ser estudadas, pois, por razões óbvias, muitas vezes, não eram transparentes, no sentido de que poucos políticos ousariam apresentar-se ou pautar seus atos como “alemães” ou “teuto-brasileiros”, de forma que as exceções não são numerosas. Claro, o citado discurso alusivo à imigração alemã na Assembleia Legislativa, em 1947, foi feito pelo deputado Bruno Born, o qual assumiu posições claras. Outro caso marcante foi o do intelectual e político Leopoldo Petry, que, até a Segunda Guerra Mundial, em algumas oportunidades, havia se mostrado pouco simpático em relação à “germanidade”, mas que agora passou a defender o projeto de imigração e colonização com alemães e descendentes, em várias manifestações públicas (PETRY, 1948; 1949; 1950). Se, portanto, no cotidiano da política a movimentação de cidadãos de origem alemã nem sempre deixava claras as tentativas de reconstruir certa normalidade que caracterizava sua vida anterior à guerra, a situação é mais clara no campo cultural e religioso.

Em 1946, foi criado em Porto Alegre um movimento denominado “Socorro Europa Faminta” – SEF (RABUSKE, 1986; FERNANDES, 2005). Seu objetivo declarado foi o de angariar mantimentos, roupas e outros objetos úteis para as populações que sofriam os efeitos da guerra, no “velho continente”. Mesmo que a denominação “*Europa faminta*” tentasse camuflar o fato, essa ajuda se destinava, sobretudo, aos “irmãos” alemães. Recente estudo que retomou o assunto apresenta indícios bastante plausíveis de que, além das intenções humanitárias para ajudar a minorar o sofrimento da população da Alemanha no pós-guerra, a SEF também pretendeu gerar efeitos internos sobre os cidadãos de origem alemã no Rio Grande do Sul, e mesmo em outros estados. Glen Goodman sugere que, “internamente”, o movimento representou uma tentativa de definir e apresentar para o “mundo exterior” uma nova “germanidade”, que abolira as clivagens religiosas (já que se tratava de uma iniciativa interconfessional), que servia de convocação a um renovado sentimento de unidade (após a “dispersão” motivada pelas perseguições durante o Estado Novo), e cujas formas de buscar apoio nas autoridades para viabilizar o envio dos produtos sinalizavam para uma tentativa de mostrar padrões alternativos de inserção no Estado gaúcho e brasileiro. Como coroamento e

marco de encerramento desse empreendimento, foi realizada a primeira “festa popular da germanidade” após a guerra, em 1º de maio de 1949 (GOODMAN, 2015, p. 113-154).

Apesar de muitas vezes tentada, nunca existiu uma entidade representativa das populações de origem alemã, quer em nível nacional, quem em nível estadual. Aquilo que mais se aproximou de uma instância representativa – mesmo que de âmbito local – foi a Liga de Sociedades Alemãs (*Verband Deutscher Vereine*), em Porto Alegre, criada no final do século XIX, e que sobreviveu até a Segunda Guerra Mundial. Na década de 1930, fora criada uma Federação 25 de Julho, que pretendia representar os alemães e descendentes de todo o país, mas ela foi envolvida no torvelinho causado pelo levante dos integralistas contra Getúlio Vargas, em maio de 1938, e desapareceu.

Como foi dito, o Socorro Europa Faminta encerrou suas atividades em 1949, ano em que foi criada a República Federal Alemã. Dois anos depois, grande parte dos idealizadores da SEF criou o primeiro Centro Cultural 25 de Julho, em Porto Alegre, que deveria servir de modelo para outros centros pelo estado e pelo país afora – os quais, mais tarde, vieram a constituir a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, cuja atuação perdurou por todo o restante da segunda metade do século XX. Esse movimento também constituiu a base para a retomada de atividades culturais especificamente alemãs, em conexão com o novo Estado alemão, incluindo a implantação de cursos de língua, da difusão de literatura, teatro, cinema (GOODMANN, 2015, p. 155-185).

Uma das instituições mais visadas pela “campanha de nacionalização” fora o Sínodo Riograndense, uma organização eclesiástica luterana que mantinha profundos vínculos históricos com a igreja luterana alemã.⁵ Além de seu presidente, pastor Hermann Dohms, ter sido o já referido mentor da tentativa de eleger o maior número possível de deputados luteranos para a Assembleia Legislativa, em 1947, empreendeu esforços para o “abrasileiramento da ‘Igreja dos alemães’” (BEHS, 2001). Já em 1946, abriu uma Escola de Teologia, para formar pastores brasileiros, pois até então praticamente todos eles eram alemães.⁶ Além disso, desencadeou-se intenso debate entre os luteranos “riograndenses” sobre sua autoimagem e sua inserção na sociedade e no Estado brasileiros (GERTZ, 2013c). Este é

⁵ Havia, ainda, um Sínodo Missouri, que também congregava luteranos, cuja referência externa era, porém, o luteranismo norte-americano.

⁶ Ele próprio era uma exceção, pois, filho de pastor alemão, nascera no Rio Grande do Sul, mas tivera toda a sua formação seminarística e teológica na Alemanha. No início da década de 1920, fundara um seminário para preparar brasileiros ao estudo em faculdades alemãs de Teologia, processo que evoluiu lentamente, e fora interrompido pela guerra.

um caso típico em que integrantes de uma instituição se empenharam em repensar sua identificação com a “germanidade”.

Esforços de “adaptação”, de “abrasileiramento” aconteceram em muitas instituições, mas também em nível pessoal. Através de fontes orais, pode-se constatar que em muitas famílias foi tomada uma decisão consciente para não só suspender de forma temporária a utilização da língua alemã, no cotidiano, mas até de proibir seu uso de forma definitiva. Não significa que esse processo tenha sido linear, e que, uma vez desencadeado, não tenha sofrido inflexões.

Mudanças e continuidades na avaliação de alemães e descendentes, por parte da sociedade envolvente

Os acontecimentos do período da guerra – isto é, a irrupção de suspeitas e ódios contra a população de origem alemã, e seus corolários – tinham raízes históricas que remontavam ao século XIX. Desde, no mínimo, a unificação alemã, em 1871, circulavam no Brasil rumores sobre um “perigo alemão”, rubrica sob a qual alguns jornais brasileiros mantiveram colunas permanentes, nos aproximadamente 25 anos que precederam a Primeira Guerra Mundial. Essa campanha – ainda que com enfoque um pouco diferente – não desapareceu mesmo durante a década de 1920, quando a Alemanha esteve derrotada. Assim, não admira que tenha reaparecido com força total após a tomada do poder pelos nazistas. Em resumo: pode-se imaginar que um conflito com tão profundas raízes históricas não desapareceria, da noite para o dia, só porque a Alemanha estava definitivamente derrotada, e até 1949, formalmente, nem mais existisse um Estado alemão.

A profundidade dos preconceitos contra a referida população na opinião pública brasileira pode ser ilustrada pela manifestação de uma conhecida escritora, feita quatro anos após o final da guerra. No número 19 da revista *O Cruzeiro*, de 19 de março de 1949, Rachel de Queiroz escreveu, entre outras, as seguintes frases, num texto intitulado “Olhos azuis”: “Nem parecem olhos de brasileiros aqueles olhos azuis com que nos fitam as gentes de certas zonas do sul”. “Quem anda pela chamada ‘zona alemã’ dos estados do sul (...) a sensação que tem é de estar em país estrangeiro, e país estrangeiro inamistoso”. “Se há, pois, quisto racial ainda em plena exuberância, é aquele. Aquilo não é Brasil, ou se o é, é Brasil transviado.

Brasil em mãos alheias”. “Alguém tem que dar um jeito nesse problema enquanto ele não vira drama” (sem paginação).⁷

Mas nem todos os intelectuais e todas as autoridades pensavam da mesma forma sobre a população em pauta. Como mostrei em outros lugares (GERTZ, 2013b, p. 4; 2013c, p. 223-224), no início do segundo semestre de 1947, Walter Jobim, que assumira o governo do Rio Grande do Sul em março daquele ano, visitou o Morro do Espelho, em São Leopoldo, um dos lugares mais nefastos do estado, na opinião dos responsáveis pela “campanha de nacionalização”. É que ali funcionava a sede do citado Sínodo Riograndense, organização eclesiástica encarada como absolutamente “exótica” no contexto brasileiro, pois luterana, dentro de um país de tradição predominantemente católica, que sempre mantivera relações estreitas com a igreja evangélica alemã, e onde se haviam originado algumas das mais destacadas elaborações teóricas a respeito do “germanismo”, no pré-guerra. O governador fez uma visita de dia inteiro às instituições educacionais ligadas ao ramo mais numeroso do luteranismo gaúcho, e, em discurso durante churrasco a ele oferecido, informou que esta era a segunda visita que fazia ao local, como a querer dar a entender que não cultivava preconceitos em relação aos luteranos, e, por tabela, aos “alemães”.⁸

Mas muitos daqueles que haviam estado na linha de frente da “campanha de nacionalização” e de seus derivados não mudaram em nada sua opinião sobre a população de origem alemã – apontando para a continuidade dos perigos que ela representaria para a nacionalidade, mais ou menos na mesma linha daquilo que escreveu a recém citada Rachel de Queiroz. Com isso, apesar das mudanças ocorridas em algumas instâncias governamentais e do humor menos crítico entre alguns novos detentores de poder, os “nacionalizadores” não foram alijados do dia para a noite.

Um episódio pode ilustrar essa situação. Uma primeira tentativa para amenizar as perseguições ocorrera em 1943, quanto o próprio interventor Osvaldo Cordeiro de Farias deixou o governo do Rio Grande do Sul, momento em que também a mais notória autoridade policial da repressão aos “súditos do Eixo” – Aurélio da Silva Py – deixou a chefia de polícia.⁹ Mas as medidas tomadas pelo novo chefe de polícia – Darcy Vignoli – foram apenas

⁷ É possível que o livro de José Carlos Daudt (1952) tenha pretendido ser uma resposta ao artigo de Rachel de Queiroz.

⁸ Evidentemente, aqui não se pergunta pelos eventuais interesses políticos perseguidos pelo governador com essas visitas. Nem há como avaliar se o fato de que sua esposa tivesse o sobrenome Niederauer teve alguma influência em sua atitude.

⁹ Cordeiro de Farias foi substituído por Ernesto Dornelles.

paliativas, no sentido de tentar localizar e devolver aos seus donos objetos ilegalmente confiscados no período anterior. Somente depois da queda de Getúlio Vargas, ainda sob o governo provisório que então se instaurou, o *Correio do Povo* de 27 de dezembro de 1945 (p. 5) noticiou a instauração de um inquérito para apurar as responsabilidades pelo desaparecimento de objetos confiscados, e por outras irregularidades praticadas por autoridades em relação à questão em pauta.

Esse trabalho continuou sob o governo constitucional que seguiu, e em 1947 o então Procurador-Geral do Rio Grande do Sul, João Bonumá, encaminhou ao Tribunal de Justiça do Estado um processo que pesava 13 quilos, com acusações detalhadas contra o ex-chefe de polícia, Aurélio da Silva Py, e mais 51 policiais sob seu comando.¹⁰ A notícia a respeito começou a ser divulgada em 10 de setembro do referido ano, e agitou os meios políticos e sociais, com a imprensa publicando diariamente opiniões e reações vindas dos mais diferentes quadrantes. Em 13 de outubro, o pleno do tribunal se reuniu, e, por maioria de votos, acabou arquivando o processo, sob o argumento de que os fatos apontados ocorreram durante a guerra – portanto, num estado de exceção –, motivo pelo qual um tribunal “normal” (não de exceção) não era competente para julgar o caso (GERTZ, 2014, p. 1596-1598).¹¹

Mesmo sem condições de julgar os eventuais argumentos jurídicos que levaram a maioria do pleno do TJ-RS a votar pela não aceitação da denúncia contra os policiais, é, no mínimo, interessante relatar alguns dados biográfico-intelectuais de um dos desembargadores que votou com a maioria – João Solon Macedônia Soares. Dentro do clima de distensão do pós-guerra, a Prefeitura Municipal de São Leopoldo – o “berço da colonização alemã” – promoveu, em colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, um Primeiro Congresso de História e Geografia alusivo ao centenário da criação do município, em julho de 1946. Nos anais do evento, consta que o referido desembargador “apresentou importante documentação com que instruiu seu exaustivo trabalho, finalizando por solicitar a retirada da memória, o que lhe foi concedido” (ANAIS..., 1947, p. 10).

O desembargador, então, publicou seu texto de forma avulsa, como separata, e ali ficam claros os motivos da sua “retirada” dos anais. Uma crítica feita pelos organizadores do evento teria sido a de que o texto ultrapassava 50 páginas, quando as regras do congresso teriam estabelecido esse limite. O autor argumentou que, de fato, seriam apenas 36 páginas de

¹⁰ Considerando que no caso de Walter Jobim se referiu o fato de que estava casado com uma Niederauer, cabe lembrar que a mãe de Bonumá era uma Geiger.

¹¹ As fontes estão nos jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* de 10 de setembro a 19 de outubro de 1947.

texto, acompanhadas de cópias de documentos. A leitura da “memória”, no entanto, não deixa dúvidas sobre as razões efetivas da desavença. Já na primeira página, o autor explicou que o objetivo de seu estudo era a “restauração de verdade histórica, e singela e justíssima homenagem a antepassados seus”. Ele abordou a questão das medições para o parcelamento das terras que, depois, viriam a constituir a “colônia alemã de São Leopoldo”, medições que atingiram propriedades de seu trisavô. Nesse contexto, teria acontecido uma “interminável série de atentados inomináveis”, e “seu conhecimento do público esclarecerá as razões de animosidades, prevenções raciais e pessoais reinantes, durante longos decênios, entre rio-grandenses de origem luso-açoriana-paulista e os colonos provindos do poderoso reino da Prússia”. Mais adiante, lê-se que “o lançamento ao leu do destino [dos luso-açoriano-paulistas] (...) fere, chocantemente, a sensibilidade quando se as confronta com as preciosas dádivas imperiais aos imigrantes germânicos” (SOARES, 1946, p. 27-28, 1, 7, 12-13).

Através dessas poucas citações fica claro que o desembargador nutria profundo ódio ao projeto de imigração e aos imigrantes e descendentes, não só pelos acontecimentos da última década, mas como decorrência de supostos ou efetivos prejuízos sofridos por seus ancestrais, durante a implantação do projeto imigrantista, lá na segunda década do século XIX. Uma inconformidade de tamanha profundidade contra todo um projeto não poderia desaparecer com o simples encerramento do conflito mundial e o chamamento à reconciliação.

Voltando ao arquivamento do processo pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a decisão teve consequências. Algum tempo depois, o Palácio da Justiça e, a seguir, também o Palácio da Polícia foram consumidos por incêndios. No primeiro, estava arquivado o processo do procurador Bonumá, no segundo estava armazenada toda a documentação policial produzida durante a guerra, e que servira de base para a montagem da acusação aos policiais. Tudo isso mostra como os agentes da repressão às “etnias” continuavam com poder para anular ações que visassem a puni-los.

Há ainda outro episódio que denota as resistências contra a normalização da vida dos cidadãos de origem alemã – aqui não necessariamente envolvendo policiais. Em 1942, fora depredado o Monumento ao Imigrante, que havia sido erguido em São Leopoldo no contexto dos festejos do centenário da imigração alemã, em 1924. Já em 1947, a Assembleia Legislativa aprovou uma verba destinada à reconstrução desse símbolo, e ele foi sendo reconstruído aos poucos. Mas é significativo o fato de que um dizer em língua alemã –

Unsern Vätern zum Gedächtnis/À memória dos nossos antepassados – só pôde ser reafixado em 1953, portanto, oito anos após o final da guerra (GERTZ, 2013b, p. 9).

Constrangimentos de diferentes tipos perduraram por muitos anos. Somente em 24 de junho de 1951, realizou-se a primeira missa em alemão pós-guerra na tradicional comunidade católica São José “dos alemães”, em Porto Alegre. Muitos membros da comunidade luterana de Novo Hamburgo estranharam que no culto de inauguração do novo templo, em 7 de outubro do mesmo ano, não foi pronunciada uma única palavra em alemão – a justificativa dos membros da diretoria foi que havia autoridades convidadas, e era necessário evitar constrangimentos. Mas também perduraram por muito tempo ainda empecilhos formais, legais. Nesse sentido, o vice-prefeito eleito em Novo Hamburgo nas eleições municipais de 1º de novembro de 1951, Alzir Schmiedel, foi condenado a três meses de prisão e à perda de seus direitos políticos por ter distribuído um panfleto em língua alemã, durante a campanha.¹²

Sintomaticamente, o único caso de punição criminal entre autoridades atingiu um policial de sobrenome alemão, Ernani Baumann. Um dos policiais gaúchos mais conhecidos pela eficiência na repressão aos “súditos do Eixo” – a ponto de ter sido requisitado a trabalhar, por algum tempo, no Rio de Janeiro –, envolveu-se, *cerca de cinco anos depois do término da guerra*, na venda fraudulenta de um bem imóvel ainda confiscado. Apesar de o processo apresentar fortes indícios de que várias outras autoridades policiais estiveram envolvidas no caso, elas conseguiram manobrar para que a culpa recaísse exclusivamente sobre ele. Acabou condenado, em 1953, vindo a falecer poucos dias depois (GERTZ, 2014, p. 1598-1606).

Os efeitos da guerra perduraram ainda por muitos anos, fato constatável, por exemplo, na frequência com que, até a década de 1960, se utilizava a expressão “alemão batata” para xingar pessoas. Essa situação só registrou uma inflexão significativa, quando, em 1974/1975 o governo gaúcho promoveu o “biênio da imigração e colonização”, para rememorar os 150 anos da imigração alemã e os 100 anos da imigração italiana, respectivamente. É possível conjecturar que em decorrência desses festejos, começou a difundir-se uma imagem mais positiva do cultivo da etnicidade, por parte de vários grupos que compõem a sociedade sul-rio-grandense, resultando na difusão de festas típicas. Essa “re-etnização”, porém, deu origem a uma nova fase de desconfianças, ao atribuir o assim chamado “neonazismo” aos “imigrantes”, e, entre eles, sobretudo aos “alemães” (GERTZ, 2013d).

¹² Essas informações foram buscadas em *Brasil-Post*, São Paulo, 29/6/1951, p. 6; 4/1/1952, p. 16; 8/2/1952, p. 6.

Referências bibliográficas:

Anais do Congresso de História e Geografia de São Leopoldo. Porto Alegre: Globo, 1947.

BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1994.

BARBIAN, Nikolaus. *Auswärtige Kulturpolitik und „Auslandsdeutsche“ in Lateinamerika 1949-1973*. Wiesbaden: Springer VS, 2014.

BEHS, Edelberto. *O processo de abasileiramento da “Igreja dos alemães”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BORN, Bruno. *Discurso pronunciado na sessão comemorativa do “Dia do Colono” em 25 de julho de 1947, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1948.

BORN, Bruno. *Em torno do monumento ao imigrante alemão*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950.

DAUDT, José Carlos. *Brasileiros de cabelos loiros e olhos azuis*. Porto Alegre: Gráfica Editora Catos Ltda., 1952.

DREHER, Martin N. Luteranismo e participação política. In: *Reflexões em torno de Lutero (II)*. São Leopoldo: Rotermund, 1984, p. 121-132.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço*. Pelotas: Editora da UFPel, 2002.

FERNANDES, Evandro. *SOS Europa Faminta: Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FROTSCHER, Méri. Memórias de guerra y del nazismo en dos generaciones de descendientes de alemanes repatriados a Brasil. *Historia, Voces e Memoria*, Buenos Aires, n. 3, p. 49-78, 2011.

FROTSCHER, Méri. De alemães no exterior a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 2, p. 81-96, 2013.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

_____. Imigração alemã: a trajetória do nazismo ao neonazismo. In: MARTÍNEZ, Elda Evangelina González et al. (Orgs.). *História da imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: Editora UNISINOS/OIKOS Editora, 2013a, p. 313-333.

_____. A guerra que ainda não acabou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti; MACHADO, Ironita A. Policarpo (Orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2013b, p. 1-14.

GERTZ, René E. Luteranos gaúchos e a política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá: UEM, v. V, número especial, p. 213-228, 2013c.

_____. De Otto von Bismarck a Angela Merkel: do “perigo alemão” ao “neonazismo” no Brasil. *História: questões e debates*, Curitiba: UFPR, v. 58, n. 1, p. 89-112, 2013d.

_____. O pós-guerra nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul (1945-1955). In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Festas, comemorações e rememorações na imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2014, p. 1593-1608.

GOODMAN, Glen S. *From “German danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity and the making of Brazilian identities, 1924-1974*. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta/Estados Unidos, 2015.

MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1994.

OLIVEIRA, Ione. *Aussenpolitik und Wirtschaftsinteresse: in den Beziehungen zwischen Brasilien und der Bundesrepublik Deutschland 1949-1966*. Frankfurt/M: Peter Lang, 2005.

PETRY, Leopoldo. *O 25 de julho (Dia do Colono) em 1946 e 1947*. São Leopoldo: Oficina Gráfica Rotermund, 1948.

_____. *Der 25. Juli (Dia do Colono)*. Porto Alegre: Tipografia do Centro S. A., 1949.

_____. *O 125º aniversário da colonização alemã no Rio Grande do Sul: 25 de julho de 1949 (dia do colono): coletânea de discursos e comentários sobre a colonização no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond, 1950.

RABUSKE, Arthur. Algo da obra caritativa dita SEF, segundo o diário pessoal de Balduino Rambo. In: *Simpósio de história da igreja*. São Leopoldo: Rotermond S. A./Editora Sinodal, 1986, p. 145-167.

ROEHE, Nara Simone Viegas Rocha. *O sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul em 1974 como corolário das relações econômicas Brasil-Alemanha*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHNEPPEN, Heinz. *Odessa und das Vierte Reich: Mythen der Zeitgeschichte*. Berlin: Metropol, 2007.

SOARES Jr., Alcides Flores. *Liberção imediata dos bens dos súbditos do Eixo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1948.

SOARES, João Solon Macedonia. *São Leopoldo*. Porto Alegre: Globo, 1946.

TAVARES, A. de Lyra. *Quatro anos na Alemanha ocupada*. Rio de Janeiro: Emp. Gráfica Delattre, s. d.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.